



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005597-88.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **Rio de Janeiro Refrescos Ltda**  
 Requerido: **Paulo Cesar Teixeira Picolo & Cia Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Rio de Janeiro Refrescos Ltda move ação de reintegração de posse c/c indenização contra Paulo Cesar Teixeira Picolo & Cia Ltda, objetivando a retomada da exibidora vertical descrita na inicial, que emprestou à ré e esta, notificada, não devolveu, pugnando ainda pela condenação da ré ao pagamento de indenização por perdas e danos.

A liminar de reintegração foi concedida e cumprida (folhas 63) e a ré, citada, não contestou (folhas 65).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I e II do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas e a ré, citada, não contestou.

A autora, conforme contrato de folhas 31 e documentos de folhas 32 e 33, emprestou à ré o bem individualizado na inicial. Posteriormente, a ré deixou de devolver o bem, embora notificada a tanto, conforme folhas 34/36. A posse do bem, a partir da notificação, tornou-se precária e injusta, justificando a reintegração da posse, já concedida e executada.

Também deve haver a condenação da parte ré em perdas e danos, todavia não na extensão indicada na Cláusula IV.2 do Contrato.

A cláusula prevê, a título de aluguel, assim que constituída a mora, a obrigação de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

a parte ré pagar à parte autora R\$ 100,00/dia.

A pactuação constitui, porém, visivelmente uma cláusula penal, travestida de perdas e danos.

É que, por certo, o montante diário de R\$ 100,00 é excessivo e desproporcional, se considerarmos que o bem, em sua integralidade, valia à época R\$ 1.669,67, como prevê o próprio contrato. É manifesto que não se trata de um verdadeiro aluguel ou de prejuízos efetivos, pois em apenas 17 dias alcança-se, com tal obrigação, o valor total do bem.

Tratando-se, como se trata verdadeiramente, de uma cláusula penal, deve o juiz, de officio, reduzi-la na forma do art. 413 do Código Civil, pois manifestamente excessiva, considerados os critérios previstos naquela disposição.

Assim, quanto ao caso concreto, é razoável e proporcional a fixação da cláusula penal no valor total de R\$ 1.000,00, tendo em conta o número de meses em que houve o exercício injusto da posse, pela parte ré, assim como o valor do bem.

Tenha-se em mente que as considerações acima correspondem ao direito que incide sobre o suposto fático, mesmo estando presumidas verdadeiras as alegações da autora, constantes da inicial. Não se ofende a norma processual que prevê os efeitos da revelia.

Ante o exposto, confirmada a liminar, julgo procedente em parte a ação para reintegrar a parte autora na posse do bem e condenar a parte ré a pagar à parte autora R\$ 1.000,00 com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a propositura da ação juros moratórios de 1% ao mês desde a citação. Condene a parte ré ainda nas custas e despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor da condenação.

P.I.

São Carlos, 03 de outubro de 2017.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**